## - Ciclos

Visando à construção de uma escola que rompa com sua prática de seletividade, exclusão social e autoritarismo para com seus alunos, de qualquer idade, é que estamos propondo a organização do ensino fundamental, regular ou supletivo, na forma de ciclos.

No conjunto de fatores que contribuem para o elevado índice de reprovação e evasão escolar de crianças, adolescentes, jovens e adultos poderíamos apontar o regime de seriação (as séries ou termos) como sendo uma das contribuições para o fracasso escolar do aluno no ensino fundamental.

Não é possível afirmar que a seriação e o ritmo imposto por ela ao trabalho de professores e alunos, provocam de maneira igual e uniforme o insucesso da criança, do jovem e do adulto. No entanto, vem sendo comprovado que a seriação atua de maneira decisiva, perversa e seletiva no desenvolvimento da vida escolar dos alunos de qualquer faixa etária.

Prova real desta afirmação pode ser comprovada pelos altos índices de reprovação de um grande número de alunos, especialmente na passagem da primeira para a segunda série, e, sobretudo, da quinta para a sexta série.

As respostas que a comunidade européia vem dando à resolução da transição nas séries iniciais indicam que a organização escolar deve ser regida pelo princípio da continuidade e articulação, o que pode ser garantido, adotando-se um regime e estrutura de ciclos para todo o ensino fundamental.

A adoção do regime de ciclos implica em nova forma de agrupamento dos alunos segundo o ritmo do seu desenvolvimento cognitivo, social e afetivo.

Na América Latina, o princípio da articulação da escola fundamental vem sendo assumido pelas políticas educacionais de governos preocupados com a transformação curricular. A adoção do regime de ciclos já se faz presente nas escolas da Costa Rica e do México.

A organização em ciclos para o Ensino Fundamental tem por objetivo assegurar ao educando a continuidade no processo ensino-aprendizagem, respeitando o seu ritmo e suas experiências de vida, adequando os conteúdos e métodos aos seus estágios de desenvolvimento. Essa nova política supõe uma renovação progressiva das práticas vivenciadas nas escolas. Implica na elaboração e na construção de novas formas de trabalho do professor, propiciando maior integração do trabalho docente, através do planejamento coletivo dos professores do mesmo ciclo.



A concepção de ciclo é uma noção pedagógica estreitamente vinculada à evolução da aprendizagem de cada educando e à avaliação de seus avanços e dificuldades.

Contempla uma dupla preocupação:

- trabalhar com as especificidades de cada educando;
- organizar mais coerentemente a continuidade da aprendizagem, tendo em vista uma perspectiva mais ampla e a uma efetiva integração dos professores do mesmo ciclo.

A proposta de ciclos tem, além disso, como objetivo o enfrentamento do fracasso escolar, dentro de uma concepção construtivista que respeite o desenvolvimento afetivo, social e cognitivo do educando, considerando-o como agente construtor de seu conhecimento, na interação com o outro.

Esse desenvolvimento, no entanto, não se dá rigidamente dentro de faixas específicas de idades ou de períodos determinados, pois há de se levar em conta a história de vida de cada um (vivências, interações sociais etc). Cabe ao coletivo dos professores detectar o universo conceitual e, a partir dele, ampliá-lo e torná-lo mais complexo, dando significação à aprendizagem.

Com base nesta argumentação, se é inadequado restringir o desenvolvimento a faixas específicas de idade, muito mais é limitá-lo à seriação.

Os ciclos permitem uma maior flexibilidade para educandos e educadores trabalharem na construção do conhecimento, respeitando o desenvolvimento e a história do educando e reduzindo as ansiedades em relação a programas e promoção que não trazem benefícios ao processo ensino-aprendizagem. Estas ansiedades, ao contrário, servem, muitas vezes, para estigmatizar social e culturamente o educando e tirar dele a condição de agente de sua própria aprendizagem.

Coerentemente com tudo o que foi afirmado, estamos defendendo a posição de que as escolas da Rede Pública Municipal, a partir da aprovação do Regimento, organizem o trabalho no ensino fundamental regular, em três ciclos, da seguinte forma:

(a) **Ciclo Inicial** (I), atuais 1a., 2a. e 3a. séries,

(b) **Ciclo Intermediário** (II), atuais 4a., 5a. e 6a. séries,

(c) **Ciclo Final** (III), atuais 7a. e 8a. séries.

Se a organização escolar, em forma de ciclos, significa a adoção de uma medida política e pedagógica coerente com os princípios e com o trabalho que estamos desenvolvendo com o ensino fundamental regular, os mesmos princípios devem ser reafirmados para o trabalho educativo que se realiza com os alunos dos cursos de Suplência.

Estes cursos atendem, hoje, na sua grande maioria, ao jovem e ao adulto trabalhador.

O atendimento e ampliação destes cursos, no país, se verificaram ao longo dos anos, em função de:

(a) alto número de analfabetos entre jovens e adultos, que não conquistaram o direito de escolarização na infância;

(b) elevados índices de evasão e reprovação que continuamente alimentam o fracasso escolar no ensino regular;

(c) defasagem existente entre idade-série no ensino fundamental regular, que acaba "empurrando" o adolescente para o ensino noturno, uma vez que pressionado pelas condições econômicas tem que ingressar no mercado de trabalho.

Os cursos de Suplência I atendem hoje aos setores mais pobres da população, como o trabalhador braçal, donas de casa, empregadas domésticas e o trabalhador subempregado ou desempregado.

As características econômicas e sociais desses alunos exigem que a escola pública tenha que se preparar e se organizar para atender adequadamente a esta população.

O jovem e adulto trabalhador deve ser conquistado para a sala de aula, uma vez que deve enfrentar e superar várias dificuldades de ordem econômica, social e cultural e mesmo psicológica, para se decidir a chegar numa escola e fazer a matrícula.

Atender à esta demanda, assim caracterizada, é uma das primeiras ações políticas pela qual o sistema público de ensino deve se responsabilizar.

Ao mesmo tempo, é necessário investir para que a escola e os educadores realizem, em sala de aula, trabalho educativo de qualidade e estabeleçam uma boa relação aluno-aluno e aluno-professor.

Se a escola não apreender e trabalhar com a realidade, as necessidades e conhecimentos que os alunos trazem, esta acaba por desconsiderá-los, tornando se desinteressante e levando-os a abandoná-la.



Nos cursos de Suplência, o problema da evasão acaba por ser mais dramático e fator maior de seleção social que a reprovação. O jovem e adulto com amadurecimento social suficente para reconhecer as dificuldades da vida sem escolarização básica apresentam grande vontade de aprender e aprender bem.

No entanto, a sua permanência na escola fica comprometida na medida em que o atual sistema de sínteses bimestrais acaba por expulsá-los: o julgamento precoce realizado em abril, ao final do primeiro bimestre, tem servido para reforçar a idéia de incompetência social que o jovem e o adulto incorporam e, por sua vez, assumida sem questionamentos pelo sistema escolar em experiências anteriores. Os dados indicam que, após a primeira nota, há uma evasão de 20% e, após a segunda nota, uma outra evasão de mais 10%.

Da mesma forma que o regime de seriação, no ensino fundamental regular, atua de maneira direta na produção do fracasso escolar da criança, no ensino fundamental supletivo os termos semestrais não têm dado conta da concepção ampla de alfabetização que temos defendido e do que temos definido como sendo o alfabetizado: "***aquele sujeito que consegue integrar à sua vida a condição de leitor, escritor e comunicador, bem como ter acesso a outros conhecimentos que ampliem sua inserção crítica na sociedade***".

Levando-se em conta as questões acima relacionadas e a dificuldade que esses educandos têm de acesso e permanência na escola, propomos a organização do ensino fundamental, modalidade Suplência, nos seguintes Ciclos:

(a) *Suplência I*

**Ciclo I-Alfabetização**: três semestres (1a. e 2a. séries),

**Ciclo II**: 2 semestres (3a. e 4a. séries).

(b) *Suplência II*

**Ciclo I**: 2 semestres (5a. e 6a. séries);
**Ciclo II**: 2 semestres (7a. e 8a. séries))

Entendemos que a organização de ciclos favorece ao jovem e adulto o tempo necessário para a sua interação em sala de aula e na escola, permitindo-lhes que se apropriem da "cultura" da escola, entendendo suas exigências, seus códigos de funcionamento que, para um adulto letrado, acaba sendo um mundo novo para decifrar.

A proposta de ciclos tem, além disso, como objetivo o enfrentamento do fracasso escolar, através de uma visão da educação em que se respeite o processo de construção cognitiva, ou seja, é necessário o respeito ao estágio de desenvolvimento em que se encontra o educando.

O processo de aprendizagem não deve se restringir a períodos pré-determinados (séries), mas se vincular aos estágios de desenvolvimento do educando, que, seguindo nossa concepção, se operacionaliza, de forma mais ampla, através dos ciclos.

Em síntese, o processo de construção do conhecimento pelos educandos requer uma organização mais flexível do que a atual estrutura organizativa da escola, porque enquanto processo em permanente desenvolvimento não se coaduna com as rupturas anuais estabelecidas tradicionalmente.

Assim, a organização pedagógica em ciclos conduz a uma avaliação do educando, em função do que já avançou e do que lhe falta atingir, em termos de desenvolvimento, evitando a avaliação a partir de conteúdos estabelecidos "a priori" para cada série.

O coletivo dos professores, na visão da continuidade dentro do ciclo, deve garantir que as dificuldades dos educandos sejam superados, durante o decorrer de cada ciclo.